

Podem prometer crescimento

Duas dificuldades empanam a festa de quatro anos do real: o déficit público e o baixo crescimento. As duas derivam-se da mesma fonte: a dubiedade de rumos do governo em matéria fiscal. No auge da campanha oficial pela TV, os eleitores estarão sendo apresentados às projeções ainda mais negativas para este ano. Mas o pior que pode acontecer agora é o governo tentar promover mais crescimento a curto prazo, à custa de mais gastos, em nome do realismo político, em detrimento do esforço para os ajustes e as reformas. A consequência imediata será a persistência do clima de alta incerteza simbolizado por taxas de juros elevadas e voláteis. Isso torna o financiamento do governo proibitivamente caro, bloqueia o crescimento do investimento público ao mesmo tempo que torna excessivamente arriscado o investimento privado.

A consequência de mais longo prazo é o desempenho medíocre do nível de atividade e do desemprego, que traz a desconfiança de que a estabilidade por si não enseja o crescimento econômico. Isso é uma meia verdade: tem sido o caso em vários países, como a Bolívia, e mesmo o México. Mas nosso problema parece ser outro: não há a falta de estrutura de financiamento como na Bolívia, nem há a grande incerteza política que assombra o México. O crescimento requer oportunidades para investimento e ganhos de produtividade, fontes de financiamento e menor incerteza.

Há oportunidades de negócios que se tornaram transparentes pela estabilidade de preços. Nestes quatro anos de estabilização ocorreu, por exemplo, um notável reequipamento das unidades familiares: cresceram tanto o estoque de eletrodomésticos e utilidades básicas como colchões e panelas quanto os reparos e as construções habitacionais individuais, conforme indicado pelo crescimento do consumo de cimento e outros materiais de construção. Mas a infra-estrutura pública, tanto a urbana quanto a rural, permanece em estado de carência, que é até sublinhada pelo aumento do uso de equipamentos do lar, da utilização das linhas telefônicas e a melhoria das moradias. Desperdício de tempo e capacidade produtiva do trabalhador pela falta de transporte de massa, desperdício e encarecimento da produção agrícola pelas dificuldades de transporte e armazenamento adequados, irritação geral pela má qualidade dos serviços públicos são o lado visível das necessidades de investimentos.

Há fontes disponíveis de recursos, tanto pelo crescimento da poupança privada aqui como no exterior, dada a pouca presença do Brasil nas carteiras de investimentos internacionais. Este financiamento será canalizado para o investimento de longo prazo, desde que se diminua a incerteza e se corrijam as distorções do sistema tributário. Maior controle de gastos públicos e uma reforma tributária podem diminuir a punição à poupança e ao investimento, mas é essencial que se anuncie o fim do *stop and go*, isto é, do aperto e afrouxa da política de curto prazo.

Tanto opositores quanto auxiliares do presidente não terão problemas em encontrar o que precisa ser prometido para o segundo mandato: crescimento econômico recuperado graças aos rumos mais firmes na reforma fiscal. O que deles se espera é que sejam capazes de viabilizar um roteiro político inequívoco para as reformas que podem desamarrar o potencial de crescimento do país, e isso pode ser feito antes do início do ano legislativo de 1999. Com seis meses de esforço concentrado, pode ser gerado um período de alta prosperidade, sem demagogia nem mágica, como foi conseguida a estabilização, desde o início, em 1993.

No segundo semestre deste ano, o mundo estará conhecendo as perdas provocadas por um ano de crise na Ásia. Nossas perdas não terão sido pequenas. Ao contrário do que muita gente pensa, entretanto, não se trata de produzir mais ajuste fiscal para satisfazer o FMI ou os banqueiros internacionais, mas para abrir espaço para que o país deslanche para um período de prolongada prosperidade, com ou sem maior prolongamento da crise asiática.